

A NOVA REFORMA ADMINISTRATIVA

Apresentada como uma "atualização" do Estado, a nova reforma administrativa é um projeto estratégico de estrangulamento do serviço público, embalado no discurso sedutor do gerencialismo e da eficiência. Por trás de termos técnicos como "gestão por resultados" e "gestão por desempenho", esconde-se a imposição de uma lógica que já conhecemos: fazer mais com menos, substituir o servidor concursado pelo terceirizado precarizado e, no fim, desmontar o Estado para que ele não cumpra seu papel social. Esta reforma, articulada entre o "centrão", a extrema-direita e o mercado financeiro, com surpreendente respaldo de setores do governo, não moderniza; ela destrói. Seu objetivo final é desmontar os serviços públicos, abrindo espaço para a terceirização e o rentismo, atacando direitos históricos da classe trabalhadora como um todo.



A experiência recente nos ensina que a pressão institucional, sozinha, é insuficiente. A mesma base parlamentar que recuou diante da mobilização popular contra a PEC da Blindagem e avançou com o pacote "BBB" (Bets, Boi e Bíblia) é a que hoje sustenta esta reforma. A lição é clara: apenas a força organizada nas ruas pode derrotar projetos de tamanha gravidade. Este não é um debate técnico, é uma disputa política pelo destino do nosso Estado. Portanto, a hora é de unir servidores públicos de todas as esferas, trabalhadores terceirizados, movimentos sociais e toda a classe trabalhadora em uma frente combativa. **Vamos às ruas para barrar essa reforma e reafirmar que um Estado forte e público é fundamental para a soberania e os direitos do povo.**

DERROTAR A PEC 32 NÃO SEPULTOU A PROPOSTA. PRECISAMOS REDOBRAR OS ESFORÇOS PARA BARRAR A NOVA TENTATIVA DE DESTRUIR O SERVIÇO PÚBLICO.

DIGA NÃO À REFORMA ADMINISTRATIVA



PRIMADO DA “MERITOCRACIA”

Longe de premiar desempenho, a proposta institucionaliza o assédio institucional – servidores serão julgados por critérios subjetivos de "produtividade" que eles não controlam, aprofundando a divisão interna e o esvaziamento do serviço público real. O sistema de bonificação cria um *apartheid* remuneratório no serviço público: gestores do topo agraciados, enquanto a base fica refém de metas abstratas.

PROPOSTA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO
Tabela única remuneratória	Sob pretexto de igualdade, ignora especificidades regionais e setoriais. Exemplo: servidor da FUNAI, com atuação em território, é igualado ao colega do IBAMA da área meio.	Falsa uniformidade, tende ao nivelamento por baixo, onde especificidades viram "privilégios"
Progressão por avaliação	Substitui critério objetivo (tempo) por subjetivo (avaliação). Na prática, abre espaço para assédio e favorecimentos	Desmonte da isonomia. Judicialização das carreiras: cada promoção vira disputa judicial
Bônus de resultado: 14º salário por metas	Servidores (efetivos, ou não), do topo da pirâmide recebem, enquanto servidores da base ficam espremidos pelo fiscalismo	Concentração de renda e aprofundamento das desigualdades
Acordo de Resultados	Obrigações apenas aos infográficos, ou seja, resultados estipulados pela tecnocracia neoliberal	Serviço público efetivo substituído por metas de gabinete
Revisão de gastos + Limitação de despesas	Prepara nova contrarreforma da Previdência ao limitar despesas com ativos, inativos e pensionistas à receita primária	Aposentadorias e pensões sob risco constante
Atrelamento da fiscalização aos tribunais	Normas gerais do TCU revisam critério de cálculo do comprometimento com a folha dos demais entes para considerar todas as vantagens de aposentados e pensionistas	Insegurança jurídica, manipulação de cálculos, congelamento salarial
Conselho de Gestão Fiscal	A única menção à sociedade civil, com 3 vagas para profissionais de orçamento, formalizando conselho da LRF, de 2000	Falsa participação social
Transparência fiscal	Boas práticas que dão impressão de legitimidade, mas buscam exclusivamente vincular despesas aos superávits (ex: diárias como gasto de pessoal)	Foco em aparência em vez de substância
Impacto orçamentário de medidas judiciais	Reedita a PEC dos Precatórios, que era temporária até 2026, tornando-a permanente	Valores devidos pelo Estado podem ser eternamente adiados

PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO

A flexibilidade prometida é na verdade precarização institucionalizada: estágio probatório vira contrato de experiência de 3 anos, carreiras são "enxugadas" com risco de nivelamento salarial por baixo, e o servidor "efetivo a termo" terá prazo de validade. A reforma troca a estabilidade - que impede assédio - por vínculos frágeis que empoderam chefias autoritárias.

PROPOSTA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO
Servidor efetivo a termo	Concurso para investidura a termo em cargo de carreira, com limitação de 10 anos, justificada pela transitoriedade, limitado a 5% da carreira.	Efetividade do cargo vira letra morta
Estágio probatório	Torna-se uma espécie de contrato de experiência como na CLT por 3 anos, sujeito a critérios como "disciplina" e "relacionamento interpessoal"	Assédio institucionalizado
Transversalidade	Redução do número de carreiras com incentivo à transversalidade, ou seja, cargos que não estão associados a uma atividade finalística	Nivelamento por baixo dos salários; perda de especificidades
Contrato temporário	Limitado a 5 anos, com intervalo obrigatório de 2 anos	Rotação forçada e perda de conhecimento
Terceirizados	Redução de 44 para 40h, sem redução salarial, como opcional (negociação coletiva ou contrato)	Avanço em direitos se torna concessão
Seleção para cargos comissionados	Na teoria, mudança das práticas clientelistas e patrimonialistas. Na prática: muda a liturgia e mantém o padrinho	Clientelismo com roupagem técnica; perpetuação das mesmas práticas
Ingresso em níveis mais elevados	Até 5% de excepcionalidade para profissionais com 'qualificação e/ou expertise necessárias' ingressarem em nível diferente do inicial.	Porta aberta para apadrinhamento técnico; desigualdade na carreira
Teletrabalho regulamentado	Máximo 20% do contingente; 20% da carga horária; meios por conta do servidor; residência no mesmo município	Falsa flexibilidade; ônus transferido para o servidor
Quarentena para migração	Impedimento de 1 a 3 anos para atuação em atividades correlatas no setor privado, com primeiro ano pago pelos cofres público	Falso combate ao <i>revolving door</i> (porta giratória); premia potenciais lobistas
Planejamento da força de trabalho	Reposição de vacâncias não seria pressuposto, necessitaria avaliação dos 10 anos anteriores e projeção para os próximos 10 anos	Congelamento de quadros por burocracia, combinado com congelamento orçamentário
Teto para verbas indenizatórias	Limite artificial: Congela direitos sob pretexto de controle, mas mantém flexibilidade para cargos de alto escalão	Controle seletivo, com rigor para base e flexibilidade para cúpula

TECNOCRACIA E EXCLUSÃO DIGITAL

O projeto de "transformação digital" esconde um projeto de poder: substitui o debate político por indicadores técnicos, cria cidadãos de primeira (conectados) e segunda (excluídos digitalmente) categoria, e transforma servidores em dados monitoráveis. A tecnocracia não moderniza - ela fragiliza a escassa democracia real, transferindo decisões do campo político para o técnico.

PROPOSTA	CONSEQUÊNCIA	IMPACTO
Plano Nacional de Governo Digital	A digitalização não é neutra - impõe uma visão gerencialista que substitui o debate político por "indicadores técnicos". Cria uma camada de especialistas inquestionáveis	Despolitização das políticas públicas: decisões saem do campo democrático para o "técnico" e "isento"
Gov.br como plataforma única obrigatória	Exclusão digital institucionalizada (31% da população brasileira não tem acesso à internet estável). A obrigatoriedade do digital cria cidadãos de primeira e segunda categoria	Violação do princípio da universalidade: idosos, pobres, população rural ficam excluídos dos serviços
Processo eletrônico em formato aberto	Fetichismo da transparência. Formatos "abertos" exigem conhecimentos técnicos que a maioria não possui	Transparência para poucos: mantém a assimetria de informação entre Estado e cidadão
Ato digital obrigatório para rastreabilidade	Sob o discurso da rastreabilidade, cria-se sistema de vigilância sobre servidores. Cada ato vira dado para métricas de produtividade	Assédio institucional: servidores monitorados por algoritmos
Ambientes de experimentação controlada	Espaços onde a "inovação" pode burlar regras trabalhistas e direitos sob a justificativa da "experimentação"	Precarização pilotada: direitos viram obstáculos à "eficiência"
Segurança jurídica para agentes inovadores	Isenta gestores por "erros de inovação" enquanto mantém punições rígidas para servidores de base. Exemplo: "ousadia" que coloca milhões em fila virtual	Duplo padrão de responsabilidade. Impunidade para o topo, rigor para a base
Participação cidadã digital	Transforma o cidadão em "usuário" que "avalia serviços" como num aplicativo. Substitui participação substantiva por métricas de satisfação	Democracia de consumo. Esvaziamento da democracia participativa

A constitucionalização de temas como o teletrabalho, a instituição de tabelas únicas de remuneração e a prioridade para concursos para carreiras transversais podem acarretar a ilusão de pressões com o lobby corporativista, tanto por oportunismo de oligarquias sindicais, quanto por ilusões legítimas de tentar "melhorar" ou "aproveitar" alguma coisa dessa proposta de Reforma Administrativa. É fundamental unificar uma frente de luta para derrotar na íntegra mais essa ameaça ao serviço público. O ataque não é apenas sem precedentes e direcionado aos trabalhadores do serviço público, é uma escalada para a ruína da capacidade do Estado atender aos serviços mais essenciais para toda a classe trabalhadora.